

**AS CIDADES E A
URBANIZAÇÃO NA
CONTEMPORANEIDADE.
CRISE NAS CIDADES
OU CRISE DAS
CIDADES?**

***THE CITIES AND
URBANIZATION IN
CONTEMPORARY
TIMES. CRISIS CRISIS
IN CITIES OR TOWNS?***

***LAS CIUDADES Y LA
URBANIZACIÓN EN LA
ÉPOCA
CONTEMPORÁNEA.
CRISIS DE LA CRISIS
EN LAS CIUDADES O
PUEBLOS?***

**REGINA CÉLIA BEGA
DOS SANTOS**

Unicamp

rcsantos@ige.unicamp.br

Resumo: A re-estruturação das forças produtivas é uma das possibilidades encontradas pelo capital e seus empresários para o enfrentamento das chamadas crises cíclicas ou estruturais do capitalismo. Ocorre com o aprofundamento do processo de concentração e centralização de capitais. A crise também é das cidades, e pode ser vista no cotidiano de seus moradores pelo recrudescimento da exclusão e da segregação sócioespacial. Há, no entanto, uma articulação da diversidade de ações responsáveis pelos usos do território, sendo, portanto, fundamental compreender o significado dessas ações empreendidas pelos diversos agentes e sujeitos e como as mesmas subordinam-se ou não às formas hegemônicas de regulação contemporâneas. A dialética de reestruturação das cidades compreende não apenas as formas hegemônicas de produção do espaço urbano, mas, também outras possibilidades, relacionadas aos agentes e sujeitos não-hegemonicos e mesmo às subjetividades e que, embora subordinadas aos processos estruturais, têm também um importante papel no desenvolvimento de formas de uso e, portanto de reorganização dos lugares, a partir das “cotidianidades” estabelecidas, muitas vezes relacionadas ao surgimento dos chamados “contra-poderes”.
Palavras-chave: Crise, re-estruturação produtiva e espacial, sociedade civil, participação popular, resistência.

Abstract: The restructuring of the productive forces is one of the possibilities found by capital and its entrepreneurs to face the so-called structural or cyclical crises of capitalism. Occurs with the deepening of the process of concentration and centralization of capital, so with. Cities capitalists also participate in this process, which is also a crisis of cities, and can be seen in everyday life of its residents, the recrudescence of exclusion and spatial segregation. There is, however, an articulation of the diversity of responsible actions by the uses of the territory, and is therefore essential to understand the significance of these actions taken by various players and how the same subject and subordinate to or not to hegemonic forms contemporary regulation. The dialectical restructuring of cities includes not only the hegemonic forms of production of urban space, but also other possibilities related to the agents and subjects and even non-hegemonic subjectivities and, although subordinated to the structural processes have an important role in developing ways to use and therefore reorganization of places, from “everyday” set, often related to the emergence of so-called “counter-powers.”

Resumé: La restructuration des forces productives est l'une des possibilités trouvé par le capital et ses entrepreneurs à faire face aux crises dites structurelles ou conjoncturelles du capitalisme. Se produit avec l'approfondissement du processus de concentration et centralisation du capital. La crise est aussi dans les villes, et peut être vu dans la vie quotidienne de ses habitants par la résurgence de l'exclusion et la ségrégation spatiale. Il ya, cependant, une articulation de la diversité des actions responsables par les utilisations du territoire, et il est donc essentiel de comprendre l'importance de ces mesures prises par les différents acteurs et comment le même sujet et qui lui sont subordonnées ou non contemporaine formes hégémoniques de la réglementation. La restructuration dialectique des villes comprend non seulement les formes hégémoniques de la production de l'espace urbain, mais aussi d'autres possibilités liées à des agents et des sujets et même non hégémonique subjectivités et, bien que subordonné aux processus structurels ont un rôle important dans le développement des moyens à utiliser et donc la réorganisation des lieux, de «tous les jours» set, souvent liées à l'émergence de ce qu'on appelle «contre-pouvoirs.»

Mots-clés: crise, de restructuration et de l'espace productif, la société civile, la participation populaire, la résistance.

APRESENTAÇÃO

Este artigo foi escrito para a Mesa Redonda que tem por título: **Por uma Leitura Crítica sobre as Cidades Contemporâneas** e será apresentado durante o XVI Encontro Nacional de Geógrafos, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, em Porto Alegre, em julho de 2010. A Mesa em questão faz parte do Eixo 02: **Escalas da Crise: Fragmentação e Totalidade**. O tema geral do Encontro é: **“CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E DE ESPERANÇAS”**

INTRODUÇÃO: ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS

Quando pensamos ou indagamos sobre as cidades na contemporaneidade ou sobre as tendências na estruturação das mesmas nos ocorre algumas hipóteses sobre a articulação entre a reorganização, a regulação e o uso do território com a re-estruturação das forças produtivas para acirrar ainda mais a centralização, a acumulação e a concentração de capitais. Esta re-estruturação é uma das possibilidades encontradas pelo capital e seus empresários para o enfrentamento das chamadas crises cíclicas ou estruturais do capitalismo. A re-estruturação bem sucedida, na ótica do capitalismo, ocorre com o aprofundamento do processo de concentração e centralização de capitais, portanto com muitas baixas entre o empresariado dos setores produtivo ou financeiro e com graves consequências para a população trabalhadora, com a diminuição dos níveis de emprego e de salários.

As cidades capitalistas participam deste processo de re-estruturação produtiva e as diversas faces da crise - que é também crise das cidades - bem como, as consequências de seu enfrentamento pelos grupos hegemônicos, podem ser vistas no cotidiano das cidades, através do recrudescimento da exclusão e da segregação sócioespacial, para ficarmos apenas com alguns exemplos.

Contudo, há uma solidariedade contraditória na estruturação dos espaços das cidades, que se realiza pela articulação da diversidade de ações responsáveis pelos usos do território. É fundamental compreender o significado dessas ações empreendidas pelos diversos agentes e sujeitos e como as mesmas subordinam-se ou não (possibilidades de resistência) às formas hegemônicas de regulação contemporâneas.

A dialética de reestruturação das cidades compreende não apenas as formas hegemônicas de produção do espaço urbano, mas, também outras possibilidades, relacionadas aos agentes e sujeitos não-hegemônicos e mesmo às subjetividades e que, embora subordinados aos processos estruturais, têm também um importante papel no desenvolvimento de formas de uso e, portanto de reorganização dos lugares, a partir das “cotidianidades” estabelecidas, muitas vezes relacionadas ao surgimento dos chamados “contra-poderes”.

Milton Santos (1994) entende o espaço geográfico como um sistema indissociável e solidário de objetos e de ações mediatizados por normas. Este entendimento pode nos ser útil, pois as normas (socialmente produzidas: hegemônicas ou não) conduzem as ações realizadas pelos indivíduos. Os objetos geográficos são, não apenas os instrumentos utilizados pelos indivíduos para o agir, mas são também produzidos ou reproduzidos pela sociedade, a partir de determinadas intenções, tendo, assim, determinadas funções, relacionadas àquelas intenções, ou podem ter suas formas refuncionalizadas, representativas de novas funções, modificadas através de processos relativos a uma determinada estrutura sócio-econômica, que, sendo capitalista, será, portanto, sempre contraditória e produtora e reprodutora de crises conjunturais e/ou estruturais.

Assim, o espaço geográfico pode ser visto como o lugar onde as relações homem-objeto tomam forma. Estamos falando da relação dialética entre trabalho-morto e trabalho-vivo. *“O trabalho morto, sobre o qual se exerce o trabalho vivo, é a configuração geográfica e os dois, juntos, constituem exatamente, o espaço geográfico.”* (Santos, 1994, p.115)

O que estamos querendo frisar aqui é o entendimento do espaço geográfico como

instância social, isto é, como um dado do próprio processo social, atuando ou interagindo para que se dêem as transformações na sociedade.

Como questiona Harvey (2005), qual é o papel da urbanização na transformação social sob as relações sociais e de acumulação capitalistas? De acordo com este autor, a paisagem física e social da urbanização é moldada por critérios capitalistas distintos, o que impõe limites ao desenvolvimento capitalista. Harvey trabalha com a ideia de relação entre reciprocidade e dominação, isto é, o processo de criação da cidade é, ao mesmo tempo, produto e condição dos processos sociais que conduzem às transformações recentes no mundo contemporâneo.

O espaço geográfico é, assim, a *materialização* da sociedade, a partir das transformações produzidas pela mesma no próprio espaço, a partir de uma base territorial pré-existente (historicamente determinada). Materialização de formas e de tempos históricos, produzindo uma *formação sócio-espacial*, na qual diversos tempos estão inscritos em um mesmo momento histórico e resultante do desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas e das transformações nas relações sociais de uma dada sociedade.

A formação sócio-espacial concretiza-se no **lugar**, isto é, no território circunscrito em um lugar. “*É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar **espaço**, o Mundo depende das virtualidades do Lugar.*” (Santos, 1996, p. 271)

O tratamento geográfico da cidade passa por esta revisão teórica. A cidade é, assim, compreendida como uma *situação espacial* caracterizada pela concentração de uma dada sociedade em um lugar, de modo a maximizar no mesmo a densidade e a diversidade de interações. (Levy, 1999)

A cidade é fundamentalmente um conceito espacial. É uma configuração geográfica particular fundada na copresença, ou seja, é o lugar onde ocorre a concentração de uma dada sociedade, maximizando a densidade e a diversidade de interações sociais, estabelecendo-se diferentes níveis de urbanidade (Levy, 1999). Isto permite que a cidade seja um lugar privilegiado onde o exercício da cidadania pode ser aprimorado, já que ela é o *meio de existência para a maior parte das pessoas* (Santos, 1987).

A compreensão da **dimensão espacial** da vida em sociedade permite desvendar os segredos da cidade, que pode ser vista como uma **estrutura produtiva**, em fase com as outras estruturas produtivas.

Por isso é importante considerar a forma diferenciada e combinada com que o processo de acumulação incorpora o campo. Daí a importância da economia política que nos ajuda a desvendar estes processos. (Santos, 1996)

A partir de sua configuração produtiva, a cidade inserida em uma determinada divisão sócio-territorial do trabalho, estabelece uma dinâmica de relacionamento com os demais lugares. A cidade deve ser compreendida como um fenômeno dentro de uma dinâmica regional, ou seja, se estrutura e se relaciona com as demais cidades em diferentes escalas: local, regional, nacional e mesmo internacional e participa de uma dinâmica da sociedade que interage com esta estrutura urbana, a partir dos diferentes tipos de **solidariedade** que se estabelecem relacionados à divisão sócio-territorial do trabalho.

As ações solidárias e contraditórias se estabelecem na constituição dos lugares a partir de relações hegemônicas e hegemônicas, em parceria ou em luta contra as primeiras. As ações hegemônicas ocorrem no chamado espaço banal, assim denominado por François Perroux, referindo-se às contiguidades, em contraposição às redes, domínio das relações hegemônicas. A esse respeito, Santos (1996), alerta que: “*Além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns.*” (Santos, 1996, p.16).

Este mesmo autor argumenta que os mesmos lugares constituem-se no “espaço das redes” ou no “espaço banal”, mas têm diferentes funções, às vezes divergentes e até opostas. As ações ou as possibilidades de empreendimento de ações pelos grupos subordinados pela opressão causada pela hegemonia da ordem capitalista ocorrem no espaço banal – o espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições. (Santos, 1996).

O espaço banal é o da relação comunicativa entre os lugares e as pessoas. Já o espaço das redes corresponde a imposição de arranjos organizacionais baseados em racionalidades de origem distantes vindas através da informação, sobretudo. No primeiro caso, os lugares se organizam a partir da solidariedade, no segundo a solidariedade é produto da organização.

Estas argumentações corroboram a ideia de que a crise é, também, a crise das cidades inseridas no processo de urbanização capitalista. Fazem parte das crises estruturais inerentes ao desenvolvimento contraditório do capitalismo, relacionadas aos limites para a realização do capital. Nas cidades prevalecem os interesses dos grupos empresariais que detém o monopólio sobre a produção do espaço urbano. A solidariedade capitalista atua no sentido da valorização da terra urbana, o que faz com que o acesso à mesma, a partir das leis do mercado, seja reprodutor das desigualdades, aprofundando a segregação urbana ou socioespacial. É este o nome que devemos dar à crise das cidades inseridas no modo de produção capitalista.

APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

Contudo, há outras formas de apropriação do espaço da cidade, por meio das ações de grupos não hegemônicos, ou socialmente excluídos, criando novas espacialidades/territorialidades, como as ocupações de terrenos ociosos públicos ou privados, ou mesmo as favelas.

A cidade é, assim, o lugar privilegiado para ocorrer a convergência de momentos, com a condensação de interesses convergentes e divergentes que se concretizam em ações. Estas ações relacionam-se com os modos de vida, com a precariedade ou não das condições de existência, com a forma como os indivíduos vivem o seu cotidiano e podem interpretar estas situações – de forma individual ou coletiva. As experiências vividas no presente, redefinidas por acontecimentos vivenciados anteriormente, devem apontar para o futuro. *Com relação às experiências, vale a pena frisar que não se trata de mera somatória de experiências anteriores: as lutas do passado são referências importantes, mas o presente apresenta algo de novo quando se redefinem as forças sociais, gerando espaços para desdobramentos futuros.*

Por isso, é preciso politizar o discurso sobre o urbano, com o alargamento da esfera do político, para se poder entender a dinâmica transformadora. As possibilidades de atuação dos diversos agentes e sujeitos produzem esta dinâmica. Estes agentes fazem parte do governo, e da sociedade civil. Mas o que é exatamente a sociedade civil? Quais as diferenças entre Estado, governo e sociedade civil?

E de que Estado estamos falando? O Estado democrático? Mas o que é democracia? É preciso redefini-la? Refundar a democracia? Democracia renovada? Democracia participativa? Com participação popular? Quais as possibilidades para a mesma? Quais os limites para o alargamento da esfera do político?

Na análise que propomos, baseando-nos em Gramsci (1972), o Estado, não é considerado um instrumento, nem a encarnação de uma classe, mas a condensação material e histórica de relações de força, que possibilitam a concretização de conjunturas políticas diversas, que levam às diferenciações regionais e locais. O que está em discussão é o deslocamento da base histórica do Estado. A sociedade pode conservar ou perder a sua hegemonia na luta contra o novo, ou como expressão do novo, para destruir as resistências que encontra em seu desenvolvimento. Esta concepção constata que a força por si só não basta para o exercício do poder. Só é possível exercê-lo se, além das relações de força, a classe dominante obtém o consenso dos grupos sociais que lhe estão próximos ou são seus aliados. A hegemonia realiza-se dentro de um determinado “bloco histórico” (Macciocchi, 1977).

Propomos uma reflexão sobre o cotidiano dos moradores da cidade referenciado também pelas ações do Estado e do governo, enfatizando que estes termos não são sinônimos. A identificação liga-se à confusão que se faz entre sociedade civil e sociedade política. Nesse sentido, o Estado é maior do que o governo, pois representa a sociedade política juntamente com a sociedade civil, sendo que a hegemonia da sociedade política sempre aparecerá

revestida de coerção.

A *sociedade política* procura exercer a direção e manter a liderança ideológica sobre a *sociedade civil*. Através da ideologia enfim, se exprime o poder de uma classe. O reino da ideologia “*é uma prisão de mil janelas... cuja força reside menos na coerção que no fato de que suas grades são tanto eficazes, quanto menos visíveis se tornam. É esse ato da vida do Estado que Gramsci busca elucidar.*” (Macciocchi, 1977, p. 151).

Existe uma ética da sociedade civil na **concepção burguesa** que é a do mercado, que pode cumprir da melhor maneira possível o papel de regulador universal das atividades entre os homens. Portanto, a sociedade civil reproduziria a relação social que assegura a superioridade da classe hegemônica, isto é, da burguesia.

“*Isto permite canalizar institucionalmente a demanda social de grupos e de classes fragilizadas e de fragmentá-las. É fácil cooptar certas organizações voluntárias, religiosas ou laicas, sobretudo nas ações de alívio à pobreza.*” (Houtart, 2003, p. 312).

Na **concepção popular** de sociedade civil, a chamada *sociedade civil de baixo*, a mesma é representada pelos grupos sociais mais desfavorecidos ou oprimidos. Para esta concepção a sociedade é entendida através das relações sociais que produzem as desigualdades. As instituições e organizações existentes na sociedade podem representar interesses de classes divergentes.

Os grupos dominantes, por exemplo, agem mundialmente, utilizando os Estados para controlar as populações e a sociedade civil. Isto pode ser feito através de limitações dos fluxos imigratórios provenientes de países pobres para os mais ricos, ou dos apoios aos tratados de livre mercado, às privatizações da seguridade social e dos serviços de saúde, às reformas jurídicas do ensino, à diminuição de subsídios para a pesquisa social e de apoio às organizações populares, à imposição de tutela sobre as ONGs etc. (Houtart, 2003).

Esta sociedade civil de baixo está na base das resistências que, atualmente, se organizam e se mundializam. Luta pela cidadania para aqueles que foram dela excluídos.

Boaventura Souza Santos (1999) é de opinião que, na contemporaneidade, a sociedade civil parece estar, por toda parte, a reemergir do jugo do Estado e a autonomizar-se em relação a ele, capacitando-se para o desempenho de funções que antes estavam confiadas ao Estado.

É delegada à sociedade civil a organização dos novos movimentos sociais (ecológicos, antinucleares, pacifistas, feministas). Seria uma sociedade civil pós-burguesa e antimaterialista. Esta última concepção de sociedade civil não foi pensada através da distinção Estado/ sociedade civil tal como esta se constitui historicamente.

Este autor pergunta como foi possível a noção do “econômico” como um domínio separado e autônomo e das correspondentes noções do “político” e do “jurídico” como atributos exclusivos do Estado? Discute que no capitalismo o trabalho necessário e o sobretrabalho reproduzem-se por si, na esfera privada da fábrica. Parece assim que, não compete ao Estado e à política lidar com as relações de produção que seria uma questão econômica e privada entre indivíduos privados dentro da sociedade civil.

Esta seria a origem da concepção liberal de separação entre Estado e sociedade civil. Para ele, a separação entre o político e o econômico permitiu, por um lado, a naturalização da exploração econômica capitalista.

A SOCIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

No atual momento, o de mundialização da economia capitalista, evidencia-se o caráter hegemônico das empresas transnacionais, e as fronteiras deixam de ser uma barreira para as relações econômicas. Esta nova dinâmica de funcionamento das empresas permite que se formule perguntas em relação ao destino do Estado-nação, na contemporaneidade. (Santos, 1994).

Inúmeras vezes vimos o setor estatal auxiliando o setor privado através da concessão de subsídios, liberações de impostos e taxas ou, mesmo, particularmente no período néo-liberal, promovendo privatizações de empresas públicas que podem ocorrer de acordo com critérios facilitadores para o grande capital, definidos pelo Estado. Com isso, muitos

dos serviços públicos (principalmente na área de infraestrutura) que tradicionalmente eram oferecidos pelo Estado, tornaram-se responsabilidades de empresas particulares, passando a ser administrados pela ótica do lucro e não pela do atendimento das necessidades sociais não-mercantis.

A conscientização a respeito de direitos sociais não garantidos pode criar as possibilidades para se lutar por eles, levando à uma maior inserção da sociedade no setor estatal – a socialização da política, que pressiona para mudanças na orientação das políticas públicas. O seu oposto, isto é, contentar-se com a garantia de direitos individuais representa a manutenção do *status quo*, ou seja, não há perspectivas para mudanças sociais.

Os direitos individuais são aqueles considerados fundamentais e relacionados à cidadania cívica e política na democracia representativa (direito à propriedade, igualdade perante a lei, direito de ir e vir, direito de expressão, livre-escolha, votar e ser votado). Sem dúvida, são importantes, e caracterizam a sociedade efetivamente democrática. Representam a garantia de uma sociedade burguesa separada do Estado – de acordo com os ideais liberais das revoluções burguesas do século XVIII. É através da luta por direitos sociais – relacionados à cidadania social – que a sociedade penetra no Estado. É a partir da transformação da questão social em questão de direito que ocorre a integração do Estado com a sociedade civil.

O aprofundamento das contradições urbanas pode contribuir para acirrar as pressões exercidas pelas camadas populares contra o Estado. Contudo, isso não significa que elas estejam, por si só, na origem dos movimentos sociais. A relação não é linear ou mecânica, se assim o fosse, toda situação de carência de serviços, de bens ou de infraestrutura geraria uma reação de pressão que poderia, no limite, conduzir a transformações sociais. Graves problemas urbanos sempre existiram. Em muitos países latino-americanos com desenvolvimento industrial igualmente tardio o processo de crescimento econômico não foi acompanhado de desenvolvimento social, e conseqüentemente, urbano. Em alguns casos, como em São Paulo ou Bogotá a situação piorou a partir da década de 50. Kowarick (2000) analisa que as lutas urbanas não podem permanecer isoladas no âmbito da acessibilidade aos bens de consumo coletivo, acesso à terra ou à habitação. É preciso relacioná-las à pauperização proveniente das relações de trabalho. São situações que se encontram e desse encontro pode ocorrer a fusão de conflitos e de reivindicações.

A segregação socioespacial pode exemplificar bem esta discussão – a da transformação da questão social em questão de direito. Uma política urbana para ser eficiente em relação a seus objetivos sociais deve alterar os mecanismos da dinâmica especulativa responsável pela escassez social da terra urbanizada. Através da produção elitizada, o capital imobiliário *produz e vende* a escassez. A segregação socioespacial é, assim, gerada pela disputa por espaços da cidade, aqueles onde as condições urbanas de vida são melhores, serão os mais caros. A política da *escassez social da terra* é produzida pela lógica fundiária e relaciona-se à venda da diferenciação material e simbólica do espaço urbano, baseadas na existência de uma profunda desigualdade social, aprofundada com o encarecimento da terra e da moradia.

A pauperização e a espoliação urbana (Kowarick, 2000) abrem possibilidades para novas frentes de luta como aquelas pelo direito ao espaço geográfico ou à cidade, tendo em vista que, invariavelmente, as intervenções do poder público são realizadas de acordo com os interesses de grupos hegemônicos. Portanto, como bem interpreta Saule Jr. (1993), a tendência é de não se priorizar investimentos sociais e não se implementar políticas públicas, conforme as necessidades sociais e em áreas essenciais como saúde, saneamento, educação, habitação e transporte, a não ser quando estes investimentos convergem com os interesses dos grupos empresariais. O poder público tende a reproduzir um modelo de gestão centralizador e tecnocrático, que privilegia o atendimento a setores detentores de poder econômico, especialmente o capital imobiliário.

Harvey (2005) analisa este mesmo processo, a partir da mudança do gerenciamento para o empresariamento ocorrida dos anos 60 para os anos 70/80, em uma onda neoconservadora, relacionada às dificuldades que atingiram as economias capitalistas a partir de 1973, o que acarretou a desindustrialização, os desempregos estruturais, a auster-

ridade fiscal, e fortes apelos à racionalidade do mercado e à política de privatizações: as cidades passam a possuir um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico, formulando-se políticas urbanas e estratégias de crescimento urbano, com o intuito de se beneficiarem de novos investimentos.

O espaço urbano produzido por este modelo guarda as marcas da exploração da força de trabalho e da não fixação de uma efetiva política social. Os discursos de necessidade de modernização ou de ajustes econômicos macro-estruturais (como os realizados por exigência do FMI e do Banco Mundial) tentam justificar as opções. Talvez porque, uma das tendências marcantes desta fase contemporânea seja a redução progressiva da parcela da economia controlada de dentro do país. O comando externo é cada vez maior em virtude da ampliação do campo de ação das transnacionais, e o Estado precisar desenvolver pesados esforços para contrariar essa influência desagregadora. (Santos, 1979)

Nesta mesma direção, Harvey (2005) pondera sobre a maior ênfase na ação local relacionada também ao declínio do poder do Estado-Nação no controle do fluxo monetário multinacional, negociados entre o Capital financeiro internacional e os governos locais, os quais procuram maximizar a atratividade local. Para ele a urbanização deveria ser considerada como

“um processo social espacialmente fundamentado, no qual uma amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas sociais entrelaçadas. Em uma sociedade vinculada por classes, como a sociedade capitalista, estas práticas sociais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas sociais possam assim ser interpretadas.” (HARVEY, 2005, p. 170).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o capitalismo há que se considerar a questão da hegemonia, que está com as classes relacionadas à circulação do capital, à reprodução da força de trabalho e das relações de classe e à necessidade de controle da força de trabalho. Para a reversão deste quadro é necessário o envolvimento da sociedade civil em um projeto de modificação radical da realidade social.

No Brasil, com o Estatuto da Cidade, que reconheceu como direito subjetivo o direito à moradia de quem estiver na posse de uma área urbana pública atendendo os mesmos requisitos do usucapião urbano, o poder público passou a dispor de vários instrumentos para a reforma urbana, disciplinando o regime de propriedade, intervindo para que o exercício desse direito esteja voltado para beneficiar a coletividade, com base no princípio da função social da propriedade.

Nesse sentido, a reforma urbana pode contribuir para a efetivação da cidadania, que só ocorrerá com a execução de uma política urbana comprometida em assegurar a todo cidadão condições de vida digna e justiça social. A execução desta política urbana dependerá de como evoluirão as relações entre poder público e sociedade-civil. Mesmo porque conforme ressalta o Fórum Nacional de Reforma Urbana, no Texto Base para a 3ª Conferência Nacional das Cidades, Desenvolvimento Urbano com Participação e Justiça Social: Avançando na Gestão Democrática das Cidades, de 2007, estas conquistas são importantes para o movimento pela reforma urbana brasileira que tem como principais bandeiras a garantia e a institucionalização da participação popular na gestão democrática das cidades e a garantia do acesso a terra urbanizada com base no princípio da função social da propriedade imobiliária.

Mas os resultados destas conquistas ainda são pequenos, em termos de mudanças significativas na qualidade de vida da população, na cultura política e na forma de gestão das cidades brasileiras com participação popular, e expressam um processo em construção e com muito a ser aperfeiçoado.

Há, portanto, um evidente descompasso entre aquilo que é proposto e executado e o resultado final. Este resultado é a síntese de múltiplas determinações, ou seja, no espaço as contradições entre os objetivos, as propostas e as ações dos diferentes agentes se materia-

lizam nas diferentes formas de uso e ocupação. A realidade, ou em outras palavras, a dinâmica da sociedade para sermos mais precisos, acaba se impondo a médio e a longo prazos. As ações dos técnicos e daqueles que exercem os poderes econômico e político, muitas vezes de cunho apenas tecnocrático, podem se sobrepor, num determinado período de tempo, permitindo supor que o exercício desses poderes é inquestionável e nada mais nos resta – enquanto sociedade civil – a não ser nos curvamos diante de tão fortes desígnios.

Desígnios que utilizam o planejamento para moldar o espaço geográfico, já que este possui uma forma que se pretende adequada a um determinado processo de organização, que é sempre político. O planejamento é um instrumento importante para essa adequação. Muitos crêem se tratar de um instrumento meramente técnico, o que é um equívoco. Pois, a forma que se pretende é definida ideologicamente dentro de um determinado *bloco histórico*, que corresponde à *hegemonia* de uma determinada classe social, sendo que esta definição deve se dar na *esfera pública*, que é o lugar de mediação entre interesses privados e a totalidade social.

A palavra **hegemonia** está sendo usada de acordo com o sentido dado por Gramsci (1972), que foi o teórico marxista que melhor elaborou este conceito, inicialmente utilizado por Lênin para indicar liderança política na revolução democrática. Gramsci desenvolve o conceito de forma mais completa nos *Cadernos do Cárcere*, aplicando-o ao modo como a burguesia estabelece e mantém a sua dominação.

Bottomore, utilizando as ideias gramscianas esclarece que: “*Nas condições modernas (...) uma classe mantém o seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões, dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças (...) bloco histórico. Este bloco representa uma base de consentimento para uma certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e idéias.*” (Bottomore, 2001 p. 177)

Ou seja, é no âmbito do Estado, portanto, que se estabelecem os relacionamentos entre interesses divergentes que darão o conteúdo para as formas espaciais. Elas poderão ser mais ou poderão ser menos excludentes, ou segregacionistas dependendo das características daquele “bloco histórico”.

Portanto, o que está sendo ressaltado aqui é que as formas de ocupação do solo nas cidades e mesmo a definição de políticas habitacionais decorrem da intermediação de diferentes interesses: dos proprietários fundiários, das empresas de construção civil, do “promotor imobiliário”, do incorporador, do poder público, da população envolvida através de movimentos organizados, ou não.

Encerramos lembrando a proposição de Boaventura Souza Santos (1999), a respeito da **“repolitização global da prática social”** no rumo para a democracia renovada com participação popular por meio dos movimentos organizados, que podem abrir um canal de comunicação com o poder público e os seus técnicos, permitindo que o planejamento urbano reflita a ampliação do campo do político, a partir de relações de autoridade partilhada. Só assim poderemos enfrentar e vencer a crise das cidades, ou seja a produção e a reprodução de formas espaciais segregacionistas.

BIBLIOGRAFIA

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- MACCIOCHI, M. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la Política y sobre el Estado Moderno*. Buenos Aires: Ed. Nueva, 1972.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005
- HOUTART, François. A dimensão social. In: *Mundialização das Resistências: o estado das lutas 2003*. AMIN, Samir e HOUTART, François, (orgs.). São Paulo: Cortez, 2003.

LÉVY, Jacques – *Le Tournant Géographique. Penser l'espace pour lire le monde*. Paris: Belin. 1999.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34 Ltda. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton. *O espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1977

SANTOS, Milton. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. RATTNER, H. (org.), São Paulo: Brasiliense. 1979

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Regina C. Bega dos. *Rochdale e Alphaville: formas diferenciada de apropriação e ocupação da terra na metrópole paulistana*. USP. 1994. 240p. (Doutorado em Ciências: Geografia Humana).

SANTOS, Regina C. Bega dos. *Movimentos Sociais Urbanos*. São Paulo: Edunesp. 2008.

SAULE JR.,Direito e Reforma Urbana. In: *Anais do Terceiro Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: 1993.

